



Aprovada isenção tributária para livros eletrônicos 7

Texto põe Cidadania Moral e Ética no currículo escolar 7

Marta substituirá Ana de Hollanda na Cultura 3

Desvio de verbas pode virar crime hediondo



Cristovam Buarque e Sérgio Souza: Comissão de Educação aprovou série de projetos importantes

Comissão de Educação aprovou projeto que transforma em crime hediondo o desvio de recursos públicos da saúde e da educação

Como crime hediondo, o desvio de dinheiro da saúde e da educação não poderá mais ser suscetível a anistia, graça, indulto ou pagamento de fiança. O projeto de lei agora será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo Plenário do Senado). 3



Ao lado de Delcídio do Amaral (D), Graça Foster diz que estatal vai investir US\$ 236,5 bi até 2016

“O Brasil tem a cara do etanol”, diz presidente da Petrobras em audiência pública no Senado

A presidente da Petrobras, Graça Foster, defendeu o aumento da produção de etanol diante da crescente demanda por combustíveis.

Ela apresentou o plano de investimentos da estatal até 2016 e disse que a volatilidade dos preços não deve ser passada ao consumidor. 5

População envelhece em meio à violência contra idosos

Primeiro ano de funcionamento do serviço Disque 100 registrou quase 44 mil denúncias de violência contra idosos, disse ontem a ministra Maria do Rosário, em audiência sobre o processo de envelhecimento da população. 6



Paulo Paim ouve Maria do Rosário expor preocupação com a discriminação durante audiência no Senado

Genaldo Magela/Agência Senado

Redução de IPI para forro de PVC tem primeira vitória no Senado 8

Indicado ao STF, Zavascki será sabatinado no próximo esforço concentrado 2

Conhecimento enriquece
Saiba o valor
de uma grande ideia

Os principais temas que interessam a você e à sociedade brasileira estão na *Em Discussão!* A revista traz nesta edição um retrato de como o Brasil promove a inovação, da pesquisa básica até a oferta de produtos no mercado internacional.

A revista *Em Discussão!* é uma publicação do Jornal do Senado. Disponível para leitura no site www.senado.gov.br/emdiscussao

Em Discussão!
Informação e novas ideias.

Secretaria Especial de Comunicação Social

A 12ª edição da revista *Em Discussão!*, com reportagens sobre a inovação tecnológica no Brasil, será lançada hoje, às 9h, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Com 72 páginas, a publicação explica como o Brasil promove a inovação, da pesquisa básica até a oferta de produtos no mercado internacional, e alerta para problemas como burocracia, falta de recursos, distância entre pesquisa e indústria e falhas na educação. Participarão da cerimônia o secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luiz Antônio Elias, e o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, além do presidente da CCT, Eduardo Braga.



Moreira Matiz/Agência Senado

Zavascki reúne-se com Sarney no Senado e não descarta a possibilidade de atuar no julgamento do mensalão

Chega ao Senado indicação de Teori Zavascki ao STF

Comissão de Constituição e Justiça deve sabatar no próximo esforço concentrado o magistrado indicado por Dilma para substituir na corte Cezar Peluso, que se aposentou compulsoriamente

O SENADO RECEBEU ontem a mensagem da presidente Dilma Rouseff com a indicação de Teori Albino Zavascki para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga deixada pelo ministro Cezar Peluso, que se aposentou compulsoriamente no início deste mês.

A mensagem segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça, onde será relatada pelo presidente do colegiado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ele disse que poderá ler seu voto ainda nesta semana e agendar a sabatina do indicado para a próxima semana de esforço concentrado de votações, a ser marcado pelo presidente do Senado, José Sarney. Depois da sabatina e da votação na CCJ, o nome de Zavascki precisará ser aprovado em Plenário.

A indicação do novo titular do STF já foi comunicada ao presidente da corte, Carlos Ayres Britto, que, por sua vez,

avisou a outros ministros do tribunal. Ayres Britto disse que o indicado tem um perfil técnico e à altura de substituir o ministro Cezar Peluso.

Ontem mesmo Zavascki visitou o Senado, onde se encontrou com Sarney. O magistrado afirmou que considera uma honra ser indicado ao STF e não descartou a possibilidade de atuar no julgamento do mensalão.

Carreira

Zavascki tem 64 anos e é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde maio de 2003. No STJ, atua na Corte Especial — órgão responsável, entre outros processos, pelo julgamento de autoridades com foro privilegiado —, na Primeira Turma e na Primeira Seção, especializadas em matérias de direito público.

Conhecido como um dos juízes mais técnicos do STJ, Zavascki defende a

racionalização dos trabalhos do Judiciário e a necessidade de rediscutir o papel do STJ, que hoje, diz, é de revisão das decisões estaduais.

Zavascki nasceu em Faxinal dos Guedes (SC). É mestre e doutor em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atualmente professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

O magistrado fez carreira na advocacia, tendo integrado a área jurídica do Banco Central e do Banco Meridional do Brasil. Na magistratura, fez parte do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, antes de chegar ao STJ, em 2003.

Entre os livros que escreveu, destacam-se *Processo de Execução — parte geral e Comentários ao Código de Processo Civil*.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simon diz que o nome de Zavascki para o STF tem boas repercussões

Simon diz que indicação foge das influências políticas

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a presidente Dilma Rouseff pela escolha de Zavascki para o STF. De acordo com o senador, a indicação foge das influências políticas ou corporativas e tem tido as melhores repercussões entre os magistrados. Ele destacou a trajetória do novo ministro, que é mestre e doutor em Direito Civil Processual.

Simon aproveitou para elogiar a atuação dos ministros do STF no julgamento do mensalão e a divisão de temas para análise e votação do caso. O senador ressaltou a postura do relator do processo no STF, ministro Joaquim Barbosa, que mesmo com problemas

de coluna continua fazendo seu trabalho. Segundo Simon, o processo é complexo e “explosivo em todos os sentidos”, pois já dura muitos anos e envolve um grande número de réus: 38. O senador disse que o STF e todos os ministros merecem nota 10.

— Duvido que tenha pelo mundo uma corte suprema com uma atuação tão digna. Meus cumprimentos — declarou o senador.

O parlamentar contou que vem atuando nas campanhas eleitorais nos municípios do Rio Grande do Sul apenas na parte da manhã e que à tarde acompanha o julgamento pela TV Justiça ou pela Globo News.

Simon ainda criticou a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista do Cachoeira e pediu à Comissão de Ética do Senado que analise a atuação dos senadores membros da CPI. Embora admita que há parlamentares dignos na CPI, ele avalia que a atuação dos senadores tem sido negativa.

— O que a CPI tem feito é esconder as coisas que já existem — lamentou o senador.

Exposição traz fotos do Cerrado para o Senado

Em comemoração ao Dia do Cerrado, celebrado ontem, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) inaugurou na Biblioteca do Senado a exposição *Cerrado Vivo*. Promovida pela Embrapa, a mostra reúne fotos do Cerrado produzidas pelos próprios funcionários da empresa e selecionadas em concurso interno. A exposição estará aberta à visitação até o dia 28.

Na abertura da exposição houve o lançamento de dois livros sobre o cerrado: *Arborização Urbana no Distrito Federal — história e espécies do Cerrado* mostra espécies do Cerrado identificadas pela

empresa. *Vida: uma poesia ao Cerrado* traz fotos do Cerrado e textos da poetisa Cora Coralina e do jornalista e poeta Reynaldo Jardim.

Para o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), graças à sua biodiversidade, o Cerrado pode representar um papel importante no desenvolvimento da biotecnologia. Amanhã a CMA faz audiência sobre o bioma.

Participaram da cerimônia de ontem o presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), Nilson Martorelli, e o diretor da Embrapa Cerrado, José Roberto Peres.



Lio de Paula/Agência Senado

Pedro Taques fala no lançamento da exposição de fotos sobre o Cerrado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Brasil Carinhoso

14h Tem prioridade na pauta de votações do esforço concentrado o PLV 16/12, que cria o Programa Brasil Carinhoso.

PRESIDÊNCIA: Zheng Wantong

12h O presidente do Senado, José Sarney, recebe o vice-presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Zheng Wantong.

CMA/ÁGUA: Reservatórios

8h30 A Subcomissão Permanente da Água realiza audiência com a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

CCT: Deficiência Visual

9h Após o lançamento da 12ª edição da revista *Em Discussão!*, a Comissão de Ciência e Tecnologia vota projeto sobre caixas eletrônicas para deficientes visuais.

CI: Aviação Civil

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil debate ações ministeriais para o setor. O professor de Direito Aeronáutico Georges Ferreira é convidado.

CAS: Alcoolista

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto que modifica a CLT para disciplinar a demissão e a garantia provisória de emprego ao alcoolista.

CE: Educação e federalismo

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública sobre educação e federalismo. Entre os convidados, o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Cesar Callegari.

CCJ: Anistia a funcionários

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto de lei que reabre o prazo para apresentação de requerimento de retorno ao serviço aos anistiados pela Lei 8.878/94.

CAE: Banco Central

11h A Comissão de Assuntos Econômicos recebe o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que falará sobre perspectivas da política monetária.

CI: Indústria petrolífera

14h A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprecia, entre outros itens, projeto que prorroga incentivos à indústria petrolífera e amplia o número de cidades beneficiadas.

CDR: Cerrado

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que institui a política de desenvolvimento sustentável do Cerrado, segundo maior bioma do país.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Marta Suplicy toma posse amanhã em substituição a Ana de Hollanda



Suplente de Marta, Antonio Carlos Rodrigues é vereador em São Paulo

Marta aceita convite de Dilma para assumir Ministério da Cultura

Marta Suplicy (PT-SP) substituirá Ana de Hollanda no comando do Ministério da Cultura. A posse está marcada para amanhã.

— O Ministério da Cultura é muito importante. Por isso, me sinto honrada pelo convite [da presidente Dilma Rousseff]. Ainda não foram estabelecidas prioridades para a gestão. Primeiro, vou tomar conhecimento da pasta; depois, vou estabelecer as prioridades — afirmou a senadora.

A Presidência da República informou que “Dilma Rousseff manifestou confiança de que Marta Suplicy, que vinha dando importante colaboração ao governo no Senado, dará prosseguimento às políticas públicas e aos projetos que estão transformando a área da cultura nos últimos anos”.

Com a saída de Marta do Senado, assumirá o lugar

o suplente Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

Formado em Direito, Antonio Carlos é vereador do município de São Paulo há três mandatos. Ele preside a Câmara Municipal.

Como vereador, Antonio Carlos Rodrigues apresentou projetos que tratam do fechamento de vilas e ruas residenciais sem saída, da criação do Banco de Alimentos, do comércio sob viadutos e pontes, do incentivo à implantação e manutenção de teatros e da criação do “cestão de medicamentos”.

Além dos mandatos de vereador, Antonio Carlos Rodrigues desempenhou funções no governo do estado de São Paulo, na Assembleia Legislativa e nas prefeituras da capital e de Guarulhos.

Foi, ainda, diretor-presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU).

Lídice: Bahia vive “momento de pesar” pela morte do bispo emérito de Juazeiro

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou a morte do bispo emérito de Juazeiro (BA), dom José Rodrigues de Sousa, ocorrida no dia 9. Ele tinha 86 anos e sofreu complicações após uma cirurgia para tratamento de hidrocefalia, em Goiânia.

— O povo baiano vive um momento de pesar. Envio meu abraço a toda a população de Juazeiro — lamentou a senadora.

Dom José, informou a senadora, fez curso de especialização em catequese na Bélgica e trabalhou nas missões itinerantes dos redentoristas em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Amazonas.

Bispo da Diocese de Juazeiro, envolveu-se na defesa dos direitos dos pobres, como no episódio da construção da Hidrelétrica de Sobradinho, que desalojou milhares de pessoas.

A senadora disse que, na época em que ela própria era estudante, era obrigatório passar na casa de dom José para ouvir a opinião dele sobre o momento político que

o Brasil vivia — a ditadura militar — e receber estímulos para continuar na luta.

Em 1992, uma biografia foi publicada em alemão sob o título *O Bispo dos Excluídos: dom José Rodrigues*. Desde 2003, após renunciar ao governo da diocese, passou a viver na comunidade redentorista da cidade de Trindade (GO).

Lídice lembrou que é uma das autoras do projeto que concedeu ao bispo o título de cidadão honorário de Salvador.



Lídice da Mata: baianos lamentam morte de dom José Rodrigues

Texto torna crime hediondo desvio de verba da educação

Projeto, aprovado pela Comissão de Educação, inclui também o desvio de recursos públicos da saúde como crime hediondo; com esse *status*, o criminoso não pode contar com anistia nem pagar fiança

OS DESVIOS DE recursos nas áreas de educação e saúde poderão tornar-se crimes hediondos. É o que estabelece o projeto de lei de Lobão Filho (PMDB-MA) que foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto será analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 676/11) altera a Lei 8.072/90, que define os crimes hediondos. Caso a proposição vire lei, passarão a ser considerados hediondos crimes de corrupção já previstos na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), “quando a prática estiver relacionada a licitações, contratos, programas e ações nas áreas da saúde pública ou

educação pública”. Os crimes hediondos não são suscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança.

Durante a reunião, o relator da proposta, Cristovam Buarque (PDT-DF), apresentou voto favorável. O senador observou que, além dos mecanismos de controle já existentes e da fiscalização para combater os desvios de recursos públicos, “cabe tornar a legislação ainda mais rígida, na tentativa de coibir essas práticas nefastas”.

Na exposição de motivos do projeto, Lobão Filho lembrou que recentemente o Departamento de Patrimônio e Probidade da Advocacia-Geral da União (AGU) divulgou que cerca de 70% dos recursos

públicos desviados no país são das áreas de educação e saúde.

A Controladoria-Geral da União (CGU) informou ainda que, entre 2007 e 2010, foram desviados por prefeitos ou ex-prefeitos R\$ 662,2 milhões nesses dois setores. Essas verbas, como comentou o parlamentar, seriam destinadas para a reforma de escolas e hospitais, compra de merenda escolar e remédios e procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao concluir a votação, o presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), anunciou o envio do projeto à CCJ. Na opinião dele, a matéria deverá ser analisada pela comissão especial que discute a reforma do Código Penal.



Requião preside reunião da Comissão de Educação: mais rigor contra desvio de recurso público da saúde e da educação

Avança projeto que isenta prefeituras do IPI na compra de ônibus escolar

Também recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o PLS 4/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aquisição de veículos destinados ao transporte escolar, quando forem adquiridos por governos estaduais e prefeituras.

O projeto, que tramitou em conjunto com 15 propostas semelhantes, será ainda examinado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Serviços de Infraestrutura (CI), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto aprovado pela CE é um substitutivo elaborado pelo relator da matéria, Cyro Miranda (PSDB-GO), que isenta ainda do imposto diversos outros produtos, como máquinas e equipamentos destinados à produção de leite.

Senado discutirá desempenho do Brasil nas Olimpíadas 2012

Dois requerimentos foram aprovados ontem pela Comissão de Educação. O primeiro, de Ana Amélia (PPRS), determina a realização de audiência pública para discutir os resultados da delegação brasileira aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres.

O segundo, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), pede audiência pública a respeito dos resultados de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de São Paulo sobre o ensino superior em instituições privadas no estado.

Outro projeto aprovado ontem foi o PLS 312/09, do ex-senador Marcelo Crivella, que isenta do pagamento do Imposto de Renda, no caso de acúmulo de empregos, os professores que tenham pós-graduação e deem aula em colégios da rede pública.

O projeto teve voto favorável do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF). Para o

senador, a isenção é “mais uma forma de revalorizar os professores”.

Também foram aprovados durante a reunião de ontem da Comissão de Educação dois projetos de resolução. O PRS 1/12, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), modifica critérios de participação no concurso de redação do Projeto Jovem Senador, estabelecendo que poderão participar estudantes de até 19 anos matriculados em escolas públicas estaduais de ensino médio. O PRS 56/11, de José Sarney (PMDB-AP), denomina Gelda Lyra Nascimento as dependências da Secretaria de Taquigrafia do Senado.

A comissão rejeitou o PLS 110/10, do ex-senador Demóstenes Torres, destinado a definir o crime de torcida organizada voltada para a prática de violência. Segundo o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a matéria já está regulamentada pelo Estatuto do Torcedor (Lei 12.299/10).



Guido Mantega (Fazenda), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Sarney, Dilma, Marco Maia, Edison Lobão (Minas e Energia) e Luís Inácio Adams (advogado-geral da União)

Roberto Suckert Filho/PR

Votação da MP do Código Florestal aguarda acordo

A MP do Código Florestal deve entrar na agenda do Plenário da Câmara dos Deputados no dia 18 ou 19 e, se aprovada, pode ser votada no Senado antes do dia 8 de outubro, quando perde a validade. Na avaliação do presidente do Senado, José Sarney, um acordo de líderes possibilitaria a convocação do Plenário da Casa antes das eleições municipais.

— Mas sem acordo, será impossível — disse.

Foi exatamente por falta de acordo que o presidente da Câmara, Marco Maia, adiou a votação da MP 571/12, prevista para o último dia 5. Como o governo negou participação no entendimento em torno do relatório, deputados da bancada ruralista se recusaram a votar o texto. Maia disse que “a possibilidade de perda de validade da matéria dessa medida provisória é prejudicial a todos”, especialmente aos agricultores brasileiros.

— Precisamos votá-la e aguardar qual será a decisão da presidenta Dilma, que pode vetar parte dela e reenviar ao Congresso um projeto de lei ou outra medida provisória — opinou.

Dilma anuncia redução de tarifas de energia e assina MP sobre concessões

Em solenidade, presidente diz que custo mais baixo resultará de cortes em encargos e da renovação de contratos

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem de solenidade, no Palácio do Planalto, em que foram detalhadas pela presidente Dilma Rousseff medidas de redução da tarifa de energia elétrica.

De acordo com o governo, a iniciativa deve assegurar, em 2013, a redução média de 16,2% na tarifa dos consumidores

residenciais e de 28% para o setor produtivo e industrial.

Durante a cerimônia, a presidente assinou mensagem ao Congresso de envio de uma medida provisória que prevê a possibilidade de renovação das concessões do setor de energia que vencerão a partir de 2015. Essa renovação, explicou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, terá como contrapartida a redução da tarifa para os consumidores. O custo mais baixo será resultado também de cortes em encargos embutidos na conta de luz.

Na avaliação de Dilma, as medidas de redução de tarifa aumentarão a competitividade do setor produtivo nacional e garantirão maior poder aquisitivo ao consumidor.

— A sociedade sabe que as medidas tomadas hoje visam aumentar o investimento, elevar a eficiência e competitividade. Isso é crucial para a distribuição de renda, elevando emprego e reduzindo a pobreza. Hoje damos o passo decisivo. É a maior redução das tarifas de que se tem notícia — disse.

Quanto cai

Efeito médio para os consumidores das distribuidoras

TARIFA	TENSÃO	REDUÇÃO
A1	>230kV	28%
A2	88–138kV	24,7%
A3	69kV	21,5%
A3a	30–44kV	20%
A4	2,3–25kV	19,4%
A5	subterrânea	19,7%
B	<2,3kV	16,2%
MÉDIA		20,2%



A: alta tensão
(setor produtivo)
B: baixa tensão
(residências)

Jucá comemora cortes de encargos

Waldemir Barreto/Agência Senado

Romero Jucá (PMDB-RR) classificou o dia de ontem como histórico para o país, devido à assinatura, pela presidente Dilma Rousseff, da medida provisória que diminui os encargos na conta de energia elétrica. O senador afirmou que, ao longo de seu mandato, já vinha defendendo a redução do custo da energia no Brasil.

— O governo dá um passo importante na competitividade, na redução do custo Brasil — afirmou o ex-líder do governo.

Jucá defendeu a aprovação da MP pelo Congresso. Para ele, a medida atende os interesses do país e de todos os estados. Além de aumentar a competitividade, segundo o senador, a medida vai incrementar a economia e gerar empregos, ajudando o país a enfrentar o desafio da crise internacional.

Medida é grande passo, diz Lopes

Waldemir Barreto/Agência Senado

A redução nas tarifas de energia elétrica “é um grande passo em favor da sociedade, em favor do povo e do setor produtivo”, disse Eduardo Lopes (PRB-RJ). Em nome do partido, Lopes parabenizou a presidente Dilma “pela determinação em baratear a energia elétrica no país”. Para o senador, essa é uma ação que “renova a esperança das famílias e das empresas brasileiras, pois corrige, pelo menos em parte, o problema do alto custo da energia elétrica no nosso país”.

— O alto custo da energia elétrica atrapalha o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país. O custo recai sobre toda a cadeia produtiva. Os produtos quase sempre são submetidos à concorrência de outros, produzidos fora do país, com custos de produção bem mais baixos — afirmou.

Anibal prevê mudanças positivas

Waldemir Barreto/Agência Senado

A possibilidade de os brasileiros consumirem energia a um preço menor provocará um impacto positivo no conjunto da economia do país nos próximos anos, com a diminuição de preços de produtos, o aumento de emprego e investimentos e o fortalecimento da competitividade, disse Anibal Diniz (PT-AC). Para o senador, o horizonte é promissor.

— Nosso país tem 74% da energia fornecida por hidrelétricas. Essa matriz energética, aliada à vontade política do governo, torna possível colocar em prática esse benefício ao consumidor — disse.

Anibal ainda denunciou a má qualidade do serviço prestado pela Oi no Acre, Rondônia e Mato Grosso. Segundo ele, ontem, “pela segunda vez em menos de 24 horas, esses estados ficaram sem serviços de internet e telefonia”.

Paim recomenda atenção contra endividamento

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a presidente Dilma Rousseff e a equipe econômica do governo federal pelas ações em prol da diminuição das taxas de juros no Brasil. Entretanto, o senador alertou os brasileiros para ficarem atentos na hora de fazer empréstimos, para que não se “deslumbrem com a fartura de oferta de crédito” e não se endividem muito.

Para ele, o correto é optar pelos pagamentos à vista, “se os descontos forem significativos”, ou escolher criteriosamente a forma de endividamento.

Paim disse que a baixa dos juros começou com as frequentes diminuições, pelo Comitê de Política Monetária (Copom), da taxa básica Selic, que hoje se encontra a 7,5% ao ano. O movimento foi seguido pelos bancos oficiais, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES, o que forçou as instituições privadas a acompanharem a redução dos juros.

— O consumidor brasileiro precisa estar atento não apenas às taxas de juros, mas às operações bancárias e comerciais em geral — alertou.

Comissão do Código do Consumidor planeja trabalhos

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão de senadores que analisará as propostas de modernização do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A data marca os 22 anos da legislação, sancionada em 11 de setembro de 1990. O relator da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), comentou que, à época da criação do código, ainda não havia comércio

eletrônico e a oferta de crédito ao consumidor não era tão grande como agora.

O colegiado é presidido por

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e foi criado para dar continuidade ao trabalho da comissão especial de juristas

que se dedicou à elaboração de projetos de lei que atualizam o CDC.

A comissão aprovou a duplicação do prazo para apresentar o relatório final, anteriormente definido para 29 de outubro. As primeiras audiências públicas serão temáticas e realizadas nas semanas de esforço concentrado para ouvir os membros da comissão de juristas.



Rollemberg (E) e Ferraço comemoram 22 anos da sanção da legislação

Lir de Paula/Agência Senado

Em audiência no Senado, presidente da Petrobras diz que essa é a melhor maneira de enfrentar eventual escassez de petróleo diante do crescimento do consumo no país

Graça Foster defende maior produção de etanol

A PRESIDENTE DA Petrobras, Graça Foster, defendeu ontem o aumento da produção de etanol como resposta ao aumento da demanda por combustível no país. Ela participou de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Infraestrutura (CI) para apresentar o plano de negócios e gestão da estatal até 2016.

— O Brasil tem a cara do etanol e o etanol tem a cara do Brasil. Não tem razão para que não volte em dois ou três anos, não há porque não voltar.

Segundo a presidente da Petrobras, essa seria a solução mais simples para enfrentar uma eventual escassez na oferta de gasolina diante do crescimento do consumo.

Graça Foster disse que a companhia tem planos para o etanol, destacando a criação da Petrobras Biocombustíveis, em 2008. Para ela, é importante que a empresa tenha o etanol entre seus produtos, considerando a vantagem competitiva do combustível.

— Se tivéssemos participação maior do etanol hoje, as dificuldades seriam menores. Hoje não dá resultado positivo. A partir do momento que tiver a adequada convergência de preços, o etanol vai convergir para o preço adequado.

Ela também afirmou que uma companhia que investe tudo o que a Petrobras investe tem que trabalhar pela convergência e não pela paridade exata de preços na venda de combustíveis.

— Trabalhamos pela convergência, não acreditamos que a paridade imediata seja



José Eduardo Dutra (diretor da Área Corporativa e de Serviços da Petrobras), Graça Foster, Delcídio do Amaral e Lúcia Vânia (D)

Pedro Franco/Agência Senado

saudável para o país. Quem vai investir 71 bilhões de dólares em refino não quer que esse mercado desapareça.

Acionistas

Graça Foster disse que o que mais a preocupa é a garantia do plano de investimento da estatal. Ela ressaltou que leva em consideração os interesses dos acionistas e garantiu que trabalha “o dia inteiro com olhos no valor das ações”.

— Acredito que estão com valor muito abaixo do valor real, mas, com a equipe focada na conclusão dos projetos da produção de petróleo, certamente os valores voltarão ao patamar correto, como antes da época da capitalização.

A presidente da Petrobras ressaltou ainda que o Brasil possui óleo já descoberto e a expertise para exploração do mineral.

— Sabemos construir para gerenciar, sabemos operar. Com esse óleo descoberto, quando começar a aparecer, vamos recuperar o valor de

nossas ações. Posso dizer para os acionistas: compre mais ações da Petrobras. Trabalho muito para atender metas, mas a atividade, por si só, constitui enorme desafio — afirmou.

Importações

Segundo Graça Foster, o Brasil importará derivados de petróleo até a entrada em operação de novas refinarias, como as localizadas no Maranhão e no Ceará, classificadas por ela como “absolutamente necessárias”.

— A partir de 2014, a produção de petróleo acompanhará a produção de derivados.

O requerimento para a audiência pública, presidida pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS), foi apresentado pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), José Pimentel (PT-CE) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O debate também teve a participação dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Cyro Miranda

Pés no chão

Plano 2012–2016 enfatiza recuperação da curva de produção de óleo e gás natural, com prioridade para os projetos no Brasil e metas mais realistas

INVESTIMENTOS (US\$ 236,5 BILHÕES)		
EM RELAÇÃO À FASE DOS PROJETOS		
Em implantação (833 projetos)		US\$ 208,7 bi
Em avaliação (147 projetos)		US\$ 27,8 bi
EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE APLICAÇÃO		
Exploração e produção	US\$ 141,8 bi	60,0%
Refino, transporte e comercialização	US\$ 65,5 bi	27,7%
Gás e energia	US\$ 13,8 bi	5,8%
Petroquímica	US\$ 5,0 bi	2,1%
Distribuição	US\$ 3,6 bi	1,5%
Biocombustíveis	US\$ 3,8 bi	1,6%
Corporativa	US\$ 3,0 bi	1,3%

META DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL
 2,5 milhões de barris por dia em 2016, contra 2,02 milhões atuais

PROGRAMAS ESTRUTURANTES
 Aumento da Eficiência Operacional da Bacia de Campos
 Otimização de Custos Operacionais
 Gestão de Conteúdo Local*

*Objetiva aproveitar a capacidade da indústria nacional de bens e serviços para o atendimento das demandas do plano

“Petrobras não deve passar volatilidade dos preços”

A política de preços da Petrobras tem como base cálculos de médio e longo prazos, explicou a presidente da estatal, Graça Foster, na audiência de ontem no Senado.

— Temos 100% do mercado de consumo de derivados. É importante que o mercado se firme, não faz sentido passar a volatilidade dos preços para nossos consumidores — afirmou.

Até 2020, explicou, o crescimento anual do mercado de derivados vai ser de 4,5%; o do diesel, de 65%; e o da gasolina, de 23%, mesmo com o etanol estável no mercado. Quanto aos fertilizantes, o crescimento do consumo de amônia no Brasil nos últimos anos foi de 32%, contra 26% no resto do mundo.

Em relação ao pré-sal, ela disse que a reserva ocupa uma posição muito vantajosa para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, estando localizada a apenas 300 quilômetros do mercado consumidor.

De 2002 a 2011, informou, a produção de óleo no Brasil cresceu 73%; a de gás, 61%; e as reservas de óleo e gás saltaram 73%. No resto do mundo, os números foram 12%, 36% e 36%, respectivamente.

Graça Foster lembrou ainda que, entre 2005 e 2010, 63% das reservas em águas profundas no mundo foram descobertas pela Petrobras.

Desvalorização cambial gerou prejuízos no trimestre

O prejuízo de R\$ 1,3 bilhão da Petrobras no segundo trimestre de 2012 foi devido à desvalorização cambial, uma vez que 74% da dívida total da empresa estão atrelados ao dólar, disse Graça Foster. Segundo ela, a empresa está muito exposta a dívidas em dólar e, por isso, passa dificuldade se não há queda do câmbio, mas ainda assim a estatal está vivendo “um momento de grande investimento”.

A presidente da Petrobras explicou que há empreendimentos em vários estados, como as refinarias no Ceará e no Maranhão, e que até 2020 serão construídas 49 sondas de perfuração, sendo 33 no Brasil. A estatal prevê US\$ 236,5 bilhões em investimentos até 2016. Ela registrou ainda que, de 2002 a 2011, a produção da Petrobras cresceu 45%, contra 6% da Exxon. A produção da British Petroleum diminuiu 2%, a da Shell caiu 19% e a da Chevron cresceu 2%.

— A Petrobras teve um crescimento muito mais significativo que o das outras majors. Temos 84% do óleo dessa produção e, do gás, 16% — afirmou.

Graça Foster acrescentou que os investimentos da Petrobras passaram de R\$ 7,6 bilhões, em 1999, para R\$ 72,6 bilhões, em 2010. No mesmo período, o lucro líquido passou de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 35,2 bilhões, “um patamar significativo”, afirmou.

“Não houve superfaturamento na Refinaria Abreu e Lima”

A presidente da Petrobras disse não houve sobrepreços em obras da estatal, como foi denunciado em relação à Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Graça Foster afirmou que na refinaria houve um erro básico de projeto no começo da obra. De lá para cá, esclareceu, houve variação cambial grande, juros de financiamento que não foram considerados e custos no refino internacional.

— A essência [do erro] foi no conceitual. Começamos erros pela inexperiência na construção da refinaria. A Petrobras passou mais de 30 anos sem construir uma refinaria — explicou.

A presidente da Petrobras defendeu a continuidade da obra e a participação da Venezuela no empreendimento — o projeto foi elaborado para contemplar o transporte de petróleo entre os dois países.

Graça Foster afirmou que “uma nova Petrobras está sendo construída”:

— Temos a Petrobras de 2 milhões de barris de petróleo por dia, mas construímos para os próximos cinco anos a Petrobras de 4,6 milhões de barris de petróleo por dia. Temos hoje 350 empresas ligadas à Petrobras. O grande desafio hoje é recuperar a produção de petróleo. É dali que vem o caixa.

Paulo Paim (3º à esq.) coordena a audiência pública com Vicente Faleiros, Glaucia Gauch e a ministra Maria do Rosário



Gerardo Magalhães/Agência Senado

MP do Programa Brasil Carinhoso será votada hoje

Ficou para hoje a votação da Medida Provisória sobre o Programa Brasil Carinhoso (MP 570/12), que tranca a pauta de votações do Senado nesta semana de esforço concentrado. Apesar de haver 58 senadores registrados no painel, Marta Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão, foi obrigada a suspendê-la às 15h47 por falta de oradores. Boa parte ouvia a presidente da Petrobras, Graça Foster, em audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O Brasil Carinhoso cria um novo benefício dentro do programa Bolsa Família para crianças de até 6 anos que vivem em pobreza extrema. Além disso, a MP transfere dinheiro da União para apoiar creches e a educação infantil e autoriza o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para educação. O texto foi alterado no Congresso e tramita como Projeto de Lei de Conversão (PLV 16/12).

Outras propostas

Também estão na pauta o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 35/12, que tipifica crimes cibernéticos, e quatro propostas de emenda à Constituição (PECs), duas já em segundo turno de votação: a que amplia prazo para estados, Distrito Federal e municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios (PEC 63/11) e a que autoriza o Poder Judiciário a criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região de Minas Gerais (PEC 65/11).

Em primeiro turno, há a PEC da Música, que dá imunidade tributária a CDs e DVDs de autores brasileiros (PEC 123/11), e a PEC que cria o Sistema Nacional de Cultura (PEC 34/12).

Debate revela discriminação e violência contra idosos brasileiros

Serviço telefônico para denúncias em todo o país, Disque 100 recebeu quase 44 mil ligações no primeiro ano de funcionamento

O PRIMEIRO ANO de funcionamento do Disque 100 — serviço criado ano passado pelo governo federal para receber denúncias de violação aos direitos humanos — fechou com quase 44 mil registros de violência praticada contra idosos. A maior parte são acusações de negligência (17 mil), seguidas por episódios de abandono/violência psicológica (13 mil) e agressões físicas (7 mil).

O retrato da discriminação contra idosos foi exibido ontem pela ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre os desafios e as perspectivas do processo de envelhecimento da população.

— O envelhecimento é uma das principais conquistas da

Humanidade e, por isso, não pode ser visto como peso para o governo e para as famílias, mas como uma conquista, um produto do avanço nas políticas públicas. A exploração econômica, a violência com os idosos e o abandono afetivo são questões que preocupam — disse Maria do Rosário.

Envelhecer com cidadania é um dos maiores desafios postos para o país, na avaliação do professor da Universidade de Brasília (UnB) Vicente Faleiros. Ele vê na atuação do Estado a possibilidade de garantir a inclusão social dos idosos, assinalando a importância das políticas de transferência de renda, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, para reduzir a pobreza nessa faixa populacional.

De acordo com a diretora do Departamento de Direitos

Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Glaucia Gauch, as dificuldades para enfrentar os impactos sociais e econômicos do envelhecimento não são exclusividade do Brasil.

— Isso vai demandar revisões substanciais nas estruturas trabalhista, previdenciária e social de grande parte dos países — observou.

Convenção

Apesar de defender a edição de uma convenção internacional sobre direitos dos idosos, o Brasil vem se deparando, segundo Glaucia, com resistências à iniciativa de países da União Europeia, do Japão e do Canadá, todos integrantes de grupo de trabalho sobre envelhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao mesmo tempo em que o país precisa superar a

discriminação e promover a inclusão social, avança na formação profissional de cuidadores de idosos. O incentivo a essa especialidade foi defendido pela representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Vera Soares, ressaltando a relevância do cuidador na assistência a um número cada vez maior de idosos que vivem sozinhos.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), também reconheceu a importância dos cuidadores. E chamou a atenção para a votação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), hoje, de projeto de lei (PLS 284/11) do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) que regulamenta a atividade.

Participaram da audiência de ontem na CDH, além de Paim, os senadores Paulo Davim (PV-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ana Rita (PT-ES).

Envelhecimento da população exige novo financiamento

A população idosa do país atualmente é bem atendida no que se refere aos benefícios concedidos pela Previdência Social e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Matheus Stivali. Ele avisa, no entanto, que isso pode mudar com o envelhecimento da população, fenômeno que vem alterando a estrutura da pirâmide demográfica brasileira.

Na audiência da CDH, Stivali afirmou que a quantidade de beneficiários dessas políticas — da Previdência e do BPC — vai aumentar muito nos próximos anos, enquanto as respectivas fontes de financiamento, principalmente a folha de pagamento, devem diminuir, já que a população brasileira em idade ativa deve diminuir.

— Temos de pensar com muita antecedência e discutir como será o financiamento —

ressaltou o representante do Ipea na audiência.

Ao tratar especificamente do BPC, Stivali lembrou que esse benefício utiliza critérios de renda e idade para ser concedido. Ele observou que, considerando que uma parcela cada vez maior da população é idosa, “se o país não enriquecer suficientemente, haverá um público cada vez maior para o BPC”.

Outro alerta do pesquisador se refere às práticas dos planos

de saúde em atividade no Brasil. Como os preços cobrados por esses planos se baseiam na idade do cliente, ele argumenta que o envelhecimento da população brasileira fará com que — caso sejam mantidas as regras atuais — haja problemas “não somente para os idosos, mas também para os mais jovens que participam do rateio do seguro”.

A audiência de ontem foi conduzida pelo presidente da CDH, Paulo Paim.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para Rollemberg, menores infratores do Distrito Federal estão abandonados

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) cobrou do governo do Distrito Federal “políticas assertivas de atendimento, educação e reinserção social do menor infrator”, além de promoção de atividades culturais, esportivas e de qualificação profissional para os jovens da capital federal.

Para o senador, a terceira morte de um interno em menos de três semanas no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) revela um histórico de “omissão e ineficiência” das medidas socioeducativas.

Rollemberg disse que o Distrito Federal é a unidade que mais interna jovens no país, com 29,6 internos para cada 10 mil adolescentes. Em segundo lugar, está o Acre, com 19,7. Em terceiro, São Paulo, com 17,8.

Dados do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinalou Rollemberg, apontam que há na capital federal 28 jovens cumprindo medidas socioeducativas para cada 10 mil habitantes, quando a média nacional é de 8 jovens.

Outro levantamento, da Promotoria da Infância Infracional de Brasília, apontou que os jovens da capital federal matam com mais frequência: em 2011, 180 pessoas foram assassinadas por adolescentes com menos de 18 anos, número 50% maior do que o registrado em 2010.

O Conselho Nacional de Justiça, segundo o senador, identificou superlotação nas unidades de atendimento, despreparo dos profissionais e deficiências graves do trabalho pedagógico realizado com os adolescentes.

O senador descreveu que os alojamentos são escuros, úmidos e feitos para abrigar dois adolescentes, mas contam com quatro ou cinco jovens.

— Para quem nasceu, viveu e cresceu excluído, vendo a falta de oportunidades, fica mais fácil entrar no mundo da infração. E o que fazer diante disso? Deve-se excluir quem sempre foi excluído ou deve-se dar a chance de inclusão que muitos desses meninos e meninas nunca tiveram?

Jovens infratores no Brasil

MOTIVO DA ATUAL INTERNAÇÃO		RESPONSÁVEIS PELA CRIAÇÃO	
Roubo	28%	Mãe	43%
Tráfico de drogas	14%	Pai e mãe	38%
Outros	12%	Avós maternos	17%
Homicídio	10%	Pai	4%
Furto	6%	Outros familiares	4%
Roubo seguido de morte	2%	DROGA UTILIZADA	
Lesão corporal	1%	Maconha	66%
		Outros	45%
		Cocaína	38%
		Crack	27%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça — CNJ

Davim afirma que o Brasil precisa proteger as crianças e os adolescentes

Paulo Davim (PV-RN) elogiou a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) pela preocupação constante com a criança e o adolescente. O senador informou que a SBP elaborou um documento sobre o tema para ser entregue a todos os candidatos a prefeito.

O documento, lido por Davim em Plenário, diz que a infância e a adolescência correspondem ao ciclo de vida mais importante para a formação da cidadania plena e mostra “com dados irrefutáveis” que a sociedade só terá futuro se tiver o devido cuidado com essa faixa etária.

— Caso contrário, seguirá mergulhada nas águas do atraso, na ilusão de um progresso só de aparências, no alto engano de uma pseudo-evolução — disse.

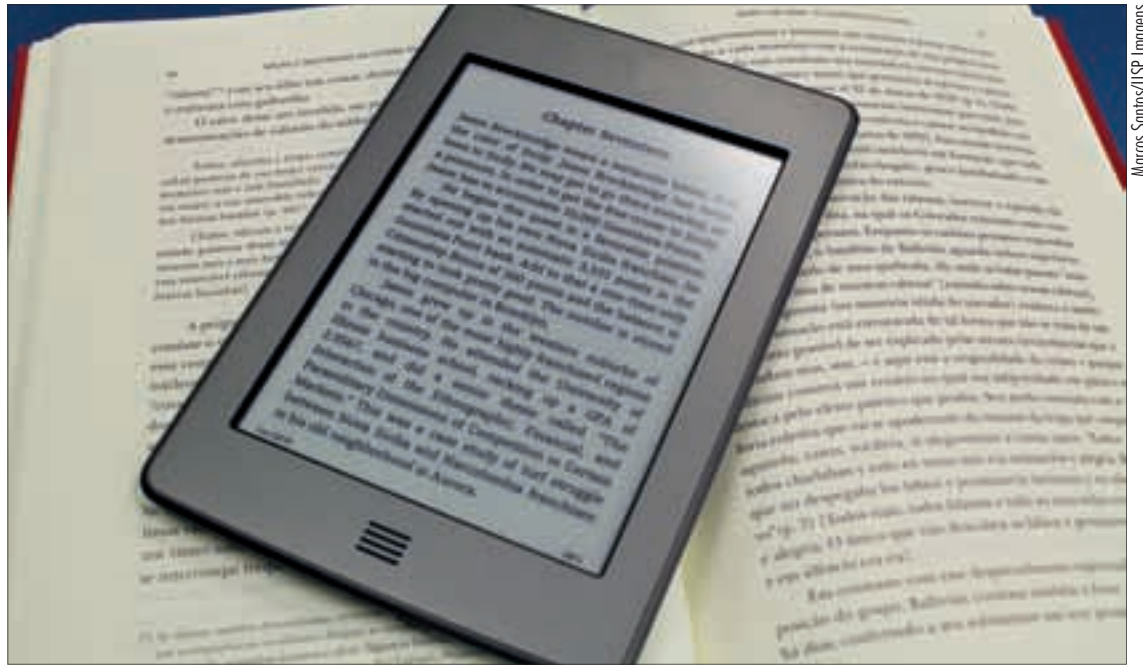
O senador lamentou a morte de seis jovens numa chacina



Paulo Davim cita Sociedade Brasileira de Pediatria como exemplo

em Mesquita (RJ) nesta semana. De acordo com Davim, os jovens não tinham passagem pela polícia.

— Essa realidade é uma das preocupações da SBP. A reversão desse equívoco histórico é inadiável. Protelá-la é atropelar as chances de um Brasil criativo, inovador, educado, original, independente, sólido, igualitário, saudável e solidário.



Livro num leitor digital: projeto de lei aprovado pelo Senado equipara as publicações digitais às tradicionais

Comissão aprova isenção tributária a livro eletrônico

Projeto, aprovado em caráter terminativo, equipara os livros eletrônicos aos livros convencionais; dessa forma, as publicações em meio digital também ficarão livres de determinados impostos

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem, em decisão terminativa (sem necessidade de aprovação pelo Plenário do Senado), o projeto de lei que equipara na legislação os livros eletrônicos aos livros tradicionais, incluindo a isenção de impostos. A proposta é do senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO).

O projeto modifica a Lei 10.753/03, que institui a Política Nacional do Livro. A definição de livro contida nessa lei, de acordo com o autor, não é compatível com os avanços tecnológicos que se registraram nos últimos anos.



Sérgio Souza e Lídice da Mata na Comissão de Educação: projetos aprovados

Durante o debate, Lídice da Mata (PSB-BA) assinalou que alguns setores do governo federal são contrários ao projeto, uma vez que já estaria sendo concluído no

Poder Executivo um decreto presidencial a respeito do assunto. Mesmo assim, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade pela comissão.

Projeto fixa proporção de mestres e doutores em universidades

Foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação o PLS 706/07, do ex-senador Arthur Virgílio, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para dispor sobre a proporção de mestres e doutores nas universidades, assim como a proporção de professores em regime de tempo integral.

Segundo o relator do projeto, João Vicente Claudino (PTB-PI), a proposta retoma a versão original da LDB, como desejava o relator da matéria no Senado na época, Darcy Ribeiro.

O presidente da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), lembrou ter participado dos debates anteriores à aprovação da LDB e informou que as exigências relativas de pós-graduação e de tempo integral foram derrubadas no Plenário “por pressão de faculdades privadas”.

Acatada inclusão de Cidadania Moral e Ética na grade escolar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem, em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário), o projeto de Sérgio Souza (PMDB-PR) que inclui no currículo do ensino fundamental a disciplina Cidadania Moral e Ética, e no do ensino médio, a disciplina Ética Social e Política.

O relator do PLS 2/12, Cristovam Buarque (PDT-DF), elogiou a proposta e lamentou o “esvaziamento de valores éticos no Brasil”.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que o projeto foi colocado em votação poucos dias depois da realização de protestos de jovens em diversas cidades contra a corrupção, durante a celebração do Sete de Setembro. Já Lídice da Mata (PSB-BA) demonstrou preocupação com a criação de mais uma disciplina escolar, sugere-

rindo que os conteúdos relativos ao tema sejam incluídos nas matérias já existentes.

Tomás Correia (PMDB-RO) elogiou o projeto, que, a seu ver, tem “o objetivo de preparar a juventude para o futuro”. Sérgio Souza observou que as aulas da nova disciplina poderão ocorrer no contraturno das aulas normais dos estudantes.

Rejeição

A comissão rejeitou três projetos que tramitavam em decisão terminativa: o PLS 585/07, destinado a fortalecer a fiscalização do Poder Executivo sobre instituições de educação superior; o PLC 51/10, que cria o Prêmio Paulo Freire de Criatividade; e o PLC 100/11, que altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Comissão aprova redução do IPI para forro de PVC

Segundo o relator da proposta, Luiz Henrique, medida contribui para a redução do déficit habitacional e pode reforçar o Programa Minha Casa, Minha Vida

A CONSTRUÇÃO CIVIL poderá ser beneficiada com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre o forro de PVC. Projeto de lei com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta (PLS 79/12) é do senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO) e assegura a manutenção do crédito relativo às matérias-primas, embalagens e material secundário utilizado na fabricação do produto.

De acordo com o autor, o policloreto de vinila (PVC) é um material importante para as obras de construção civil por ser relativamente barato, durável e reciclável. Para ele, o benefício fiscal contribuirá para a maior utilização do produto nas residências, sobretudo naquelas destinadas à baixa renda.

O relator da matéria na CMA, Luiz Henrique (PMDB-SC), ressaltou que a

medida vai contribuir para a redução do déficit habitacional. Para ele, o projeto também poderá complementar o Programa Minha Casa, Minha Vida, que visa criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos.

Luiz Henrique observou que a isenção fortalece uma agenda ambiental positiva. Ele disse que o PVC é um produto ecológico por ter como principal matéria-prima o cloro, proveniente do sal marinho. O senador enfatizou que, apesar da composição do produto incluir o etano, obtido do petróleo, existe tecnologia para retirar esse componente do álcool da cana, tornando o PVC renovável e reciclável.

Antes de ser remetida à Câmara, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário.



Luiz Henrique (E) relatou projeto de Acir Gurgacz na CMA, presidida por Rodrigo Rollemberg (D)

Relatório aponta falhas de prefeitura em assistência a vítimas de chuvas em 2011

A CMA também aprovou medidas a serem tomadas sobre a atuação da Prefeitura de Nova Friburgo (RJ) diante da catástrofe climática ocorrida em 2011. Uma CPI da câmara do município encaminhou relatório final ao Senado para providências.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), informou que o documento aponta irregularidades na aplicação de recursos municipais, estaduais e federais transferidos para atender a população. Elas são tipificadas como crimes contra a administração pública na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

Entre os ilícitos, estão falsidade documental em processos de licitação e pagamento de parcelas por mercadorias e serviços não entregues, bem como aquisição sem licitação de produtos e serviços não aplicáveis ao atendimento das necessidades.

Segundo parecer de Rollemberg sobre o relatório da Câmara de Nova Friburgo, também não há normas legais que especifiquem procedimentos

para fiscalização de recursos do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), além de faltar o estabelecimento de prazos para implementação do Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais.

Na avaliação do senador, não fica clara a atuação da Casa Civil, do Ministério da Integração e do Ministério do Planejamento em relação às sugestões de alteração de normatizações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Por isso, Rollemberg explicou que a CMA vai encaminhar aos ministérios pedidos de informação sobre o Acórdão 1.781/11 do tribunal, que determinou, entre outras medidas, a distinção entre ações de socorro e assistência às vítimas, de reconstrução e de prevenção.

O relatório da câmara municipal foi encaminhado aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, aos tribunais de Contas do Estado e da União e à Controladoria-Geral da União. Rollemberg também pretende realizar audiência pública para discutir o Sistema Nacional de Defesa Civil.



Senadora relata na CAE projeto de autoria do presidente da Câmara dos Deputados (C)

Marco Maia e Ana Amélia buscam acordo para instalação de free shops em cidades de fronteira

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), e a senadora Ana Amélia (PP-RS) decidiram unir esforços em prol da votação do projeto que autoriza a instalação de *free shops* em cidades brasileiras consideradas gêmeas de estrangeiras nas fronteiras.

Maia é o autor do projeto (PLC 11/12) e a senadora é a relatora da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também participou da reunião o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação de Free Shops em Cidades de Fronteiras, deputado Frederico Antunes (PP-RS).

— Devemos chegar a um entendimento para votação na Comissão de Assuntos Econômicos nesta semana — disse Maia.

Ana Amélia afirmou que muitas cidades fronteiriças brasileiras sofrem concorrência desleal por não contarem com as lojas francas, já existentes nas cidades dos países vizinhos.

— No Rio Grande do Sul, se você atravessar uma rua, vai ver a diferença do lado uruguaio, onde as cidades estão crescendo e as nossas empobrecendo, fechando lojas, empregos. Não há uma política de desenvolvimento para as cidades da região de fronteira — disse a senadora.

De acordo com Ana Amélia, há resistência em relação ao projeto, principalmente por parte da Receita Federal. Ela informou ainda que Anibal Diniz (PT-AC) apresentou requerimento para que a proposição seja examinada também pela CCIJ, “o que irá retardar a votação”.

O texto tramita em caráter terminativo na CAE e já foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ela informou ainda que o projeto tem caráter estritamente autorizativo, cabendo ao governo regulamentar a aplicação da norma que for aprovada pelo Congresso.

Mozarildo quer incorporação de novas fontes para compor os fundos de participação

Devido a escassez de recursos, os prefeitos eleitos em 2012 terão dificuldades para corresponder às expectativas dos eleitores, segundo Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

— Ao município se dão encargos, mas não se dão recursos — disse.

Mozarildo afirmou que o governo federal cobra 26 impostos, 36 taxas e 75 contribuições. Recebe ainda outras 33 receitas patrimoniais, 65 taxas de serviço e 249 outras receitas, como as multas. Já os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) são formados apenas pelos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI). A situação é mais grave, segundo o senador, porque o governo reduz o IPI para estimular a economia.

— A decisão unilateral do governo federal pune municípios e estados.

Nascimento pede ação para melhorar produção da Zona Franca de Manaus

A produção da indústria amazonense caiu 15% em julho, em comparação a igual período do ano anterior, disse Alfredo Nascimento (PR-AM), pedindo maior ação governamental para alavancar a Zona Franca de Manaus.

Segundo os dados do IBGE, disse, esse foi o quarto resultado negativo consecutivo da indústria amazonense e o pior desde 2009. A recuperação, para o senador, passa pela melhoria das linhas de crédito, com mais benefícios especialmente para os segmentos de motocicletas e da chamada linha branca. Ele também defendeu a criação de mecanismos que impeçam a saída de empresas da Zona Franca e atraíam novas indústrias. Ele sugeriu a diversificação da produção, com a criação do polo agropecuário e a expansão dos setores moveleiro e naval.



Mozarildo critica atual distribuição tributária



Nascimento quer melhores linhas de crédito